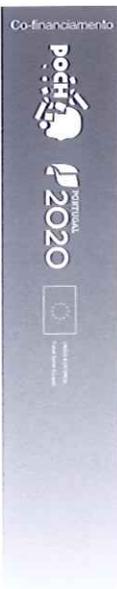




ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

Relatório de Gestão

Período findo em 31 de dezembro de 2016





Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DA	3
2.1	A NÍVEL NACIONAL	3
2.2	A Nível internacional	6
2.3	A Nível do Setor	11
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	12
3.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	12
3.2	Estrutura de Gastos	13
3.3	PESSOAL	14
3.4	EBITDA e Resultado líquido do período	14
3.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	15
4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
4.1	Posição financeira	16
4.2	Indicadores de Gestão	16
4.3	Rácios financeiros mais relevantes	17
4.4	Análise Económica	18
5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	18
6	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	18
7	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	19
7.1	RISCO DE CRÉDITO	19
7.1.1	<i>Outros ativos financeiros</i>	19
7.2	RISCOS DE MERCADO	19
7.2.1	<i>RISCO DE TAXA DE JURO</i>	19
7.3	RISCO DE LIQUIDEZ	20
8	COMPROMISSOS FINANCEIROS	20
9	QUESTÕES AMBIENTAIS	21
10	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	21
10.1	AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	21
10.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	21
11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	21
12	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	21
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
14	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	24

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right.





INTRODUÇÃO

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., (*doravante designada por “Empresa ou Escola”*), constituída em 15 de Junho de 1999, com sede social em Sernancelhe, com o capital social de 50.000€ , representado por 10.000 acções e tem como atividade principal o Ensino Profissional.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2016.

É elaborado nos termos do Artigo 66º do Código das Empresas Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DA

1.1 A NÍVEL NACIONAL

A economia portuguesa deverá manter a trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os anos mais recentes. O PIB deverá apresentar uma variação anual de 1,2% em 2016, acelerando para 1,4% em 2017 e mantendo uma relativa estabilidade na taxa de crescimento em 2018-2019 (1,5%). No período 2017-2019, o crescimento do PIB deverá ser próximo, embora inferior, ao projetado para a área do euro, não revertendo o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013.

Esta ausência de convergência real face à área do euro reflete a persistência de constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências nos mercados do trabalho e do produto que requerem a continuação do processo de reformas estruturais.

Após um abrandamento em 2016, a procura externa deverá acelerar no período 2016-2019, embora com um dinamismo inferior ao observado no período anterior à crise financeira internacional.



As exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. As exportações continuarão assim a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade. As exportações de turismo terão mantido um dinamismo elevado, num contexto de crescimentos especialmente robusto nos últimos anos.

Após um crescimento muito dinâmico em 2015 (6,1%), as exportações de bens e serviços deverão desacelerar em 2016 (3,7%), recuperando para um ritmo de crescimento de 4,8% em 2017 e de 4,6% e 4,4%, respetivamente em 2018 e 2019. Adicionalmente, em 2016, as exportações continuaram a refletir o comportamento desfavorável das vendas para alguns mercados extracomunitários, com destaque para Angola (não obstante uma menor queda na segunda metade do ano). Em 2017, as dissipações destes fatores, bem como a aceleração assumida para a procura externa, deverão contribuir para o retorno das exportações a um crescimento mais dinâmico. Embora se projete um menor crescimento das exportações de turismo, espera-se que estas mantenham um elevado dinamismo. Em resultado desta evolução, a economia portuguesa deverá continuar a apresentar ganhos de quota de mercado ao longo do período de 2016-2019.

A atual projeção aponta para uma desaceleração das importações de bens e serviços em 2016, para 3,5%, após o crescimento muito significativo registado em 2015 (8,2 por cento). Em 2017-2018, as importações deverão acelerar novamente para valores em torno de 5%, desacelerando em 2019 para 4,5%.

No terceiro trimestre de 2016, a FBCF terá voltado a registar uma redução em termos homólogos, ainda que menos acentuada do que nos dois trimestres anteriores. A evolução da FBCF continuou a refletir a queda da componente de construção, em linha com a evolução das vendas de cimento, condicionada pela forte queda do investimento público. O maior dinamismo da economia portuguesa face a 2016 será, no entanto, sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento real. A projeção para o período 2016-2019, contempla uma trajetória de aceleração para o investimento real, de 1,9% em 2016 para 5,6% em 2019, em consonância com a melhoria das expectativas de procura quer interna quer externa, num quadro de manutenção de condições financiamento favoráveis, que deverão continuar a beneficiar do impacto das medidas de política monetária não convencional do BCE.

Num contexto de aumento do rendimento disponível real, diminuição da taxa de desemprego e manutenção da confiança dos consumidores em níveis particularmente



elevados, estima-se que o consumo privado tenha apresentado um crescimento dinâmico superior ao verificado para o PIB no terceiro trimestre de 2016.

A aceleração deste agregado em termos homólogos terá refletido essencialmente a aceleração do consumo não duradouro, visível no aumento mais marcado do índice de volume de negócios de comércio a retalho deflacionado e dos valores movimentados em Caixas Automáticas e Terminais de Pagamento Automático.

No mercado de trabalho, projeta-se a continuação do crescimento do emprego, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego. Prevê-se para 2017 uma evolução favorável do mercado de trabalho. Assim, após um crescimento forte em 2016 – superior ao do PIB e próximo do registado em 2015 (1,5%) – o emprego deverá apresentar um ritmo de crescimento em 2017- 2019 de cerca de 1%. O crescimento do emprego ocorrerá no setor privado, já que o emprego público deverá permanecer relativamente estável. A situação agora descrita implicará a manutenção de um perfil descendente da taxa de desemprego ao longo do horizonte de projeção (2016-2019), de 11% em 2016 para 8,5% em 2019. Por seu turno o consumo privado deverá desacelerar face ao observado nos anos mais recentes.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), deverá aumentar ao longo do horizonte 2016-2019, mantendo-se em níveis próximos dos projetados para a média da área do euro. A aceleração dos preços – para cerca de 1,5% no final do período 2016-2019 – reflete pressões ascendentes de origem interna e externa. A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá situar-se em 0,8% em 2016, que compara com 0,5% em 2015. No período 2016-2019, a inflação deverá aumentar progressivamente (1,4% em 2017 e 1,5% em 2018 e 2019), em resultado de contributos positivos crescentes da componente não energética, a par de um contributo da componente energética menos negativo em 2016 e positivo nos anos seguintes.

A evolução projetada para a inflação tem subjacente um perfil de aceleração gradual dos salários por trabalhador, num cenário de aumento da produtividade e melhoria gradual da situação no mercado de trabalho. Os custos unitários do trabalho deverão manter um crescimento relativamente estável no período 2017-2019, quer no total da economia quer no setor privado.

A dívida pública, cerca de 130% do PIB, permanece muito alta, apesar dos progressos significativos conseguidos com a consolidação fiscal. A consolidação gradual em 2017 e

2018 servirá para atingir um equilíbrio entre a sustentabilidade fiscal e a não danificação das perspetivas económicas.

De referir que a manutenção de um enquadramento institucional e fiscal previsível contribuirá para preservar a confiança dos investidores e assegurar um ambiente favorável ao investimento.

Por sua vez o défice orçamental em percentagem do PIB deverá em 2016 ficar claramente abaixo dos 3%, apontando as estimativas para 2,6% (ou eventualmente um número um pouco mais baixo)

Assim, tendo em conta tudo o já referido anteriormente, podemos concluir que num enquadramento externo progressivamente mais favorável, a recuperação económica deverá permanecer sustentada no dinamismo das exportações.

Ao nível da procura interna, projeta-se uma recomposição caracterizada por uma moderação do consumo privado – com um crescimento ligeiramente inferior ao do PIB – e um comportamento dinâmico da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) que será acompanhado da criação líquida adicional de emprego e da continuação da redução do desemprego, com a manutenção de um excedente nas contas externas e com o prosseguimento do processo de redução do endividamento do setor privado não financeiro.

Assim, o padrão de crescimento económico projetado apresenta um conjunto de características que traduzem uma recuperação mais sustentada da economia portuguesa.

Taxa de Variação Anual (%)	Projeções		
	2016	2015	2014
Produto Interno Bruto	1,2	1,6	0,9
Consumo Privado	2,1	2,6	2,3
Consumo Público	1,0	0,8	-0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,7	4,5	2,3
Procura Interna	1,2	2,5	2,2
Exportações	3,7	6,1	4,3
Importações	3,5	8,2	7,8
Inflação	0,8	0,5	-0,2
Taxa de Desemprego	11,0	12,4	13,9
Défice Orçamental (% do PIB)	-2,6	-4,4	-7,2
Dívida Pública (% do PIB)	130,3	129,0	130,6
Balança de Transações Correntes (% do PIB)	0,2	0,4	0,1

Fonte: Banco de Portugal, AICP, INE

1.2 A Nível internacional

O crescimento do PIB mundial deve abrandar para 3,1% em 2016 antes de recuperar para 3,4% em 2017. A previsão, revista em baixa em 0,1 ponto percentual para 2016 e 2017 em

relação a abril, reflete uma previsão mais moderada para as economias avançadas após a votação de junho no Reino Unido a favor da saída da União Europeia (Brexit) e um crescimento mais fraco do que o esperado nos Estados Unidos. Esta evolução tem colocado ainda mais pressão para a descida das taxas de juros globais.

Na zona euro, apesar de um ano de 2016 com uma crise de imigrantes, os movimentos populistas, o Brexit, o terrorismo e a eleição de Donald Trump, a fraca recuperação económica continuou.

A terceira estimativa para o PIB do terceiro trimestre confirmou que a economia cresceu 0,3% numa base trimestral que se seguiu à expansão de 0,3% do segundo trimestre e ao aumento de 0,5% no primeiro trimestre.

A história de crescimento da zona euro manteve-se consistente ao longo do ano, impulsionada por um fortalecimento da economia doméstica, enquanto o setor externo não foi brilhante. As melhorias no mercado de trabalho, a inflação baixa e os estímulos das políticas monetárias do Banco Central Europeu, impulsionaram o crescimento interno, mas o investimento ainda não descolou totalmente.

O crescimento deve desacelerar ligeiramente na zona euro em 2017, depois de um valor esperado de 1,6% em 2016. Um aumento da inflação reduzirá a propensão para o consumo e o crescimento do investimento deverá diminuir devido a uma maior incerteza. No entanto, a continuação dos estímulos da política monetária do Banco Central e melhorias no setor externo, deverão conduzir a apenas uma ligeira desaceleração para 1,5%. O crescimento do PIB deverá permanecer estável em 1,5% em 2018.

O sentimento do mercado financeiro em relação às economias de mercado emergentes melhorou com a expectativa de taxas de juros mais baixas nas economias avançadas e uma preocupação reduzida sobre as perspetivas de curto prazo da China após o apoio político ao crescimento e alguma consolidação dos preços das matérias-primas. Mas há um aumento da incerteza após a eleição presidencial de Estados Unidos.

As perspetivas diferem fortemente entre países e regiões, com a Ásia emergente em geral e a Índia, em particular, mostrando um crescimento robusto e a África subsaariana experimentando uma desaceleração acentuada.

Nas economias avançadas, uma perspetiva moderada sujeita a incerteza considerável e riscos de abrandamento da economia pode alimentar mais descontentamento político, com as plataformas políticas anti integração a ganharem mais relevo.



Vários mercados emergentes e economias em desenvolvimento ainda enfrentam grandes desafios políticos ao se ajustarem aos preços mais baixos das matérias-primas. Estas perspectivas preocupantes tornam mais urgente que nunca a necessidade de uma ampla resposta política para aumentar o crescimento e gerir vulnerabilidades.

Um acontecimento imprevisto em 2016 foi o voto do Reino Unido em favor da saída da União Europeia.

O Brexit é um acontecimento em curso - a forma a longo prazo das relações entre o Reino Unido e a União Europeia, e até que ponto seus fluxos comerciais e financeiros mútuos serão reduzidos, provavelmente só se tornarão claros depois de vários anos. Devemos adicionar a esta incerteza a pressão global para adoção de políticas populistas voltadas para o ambiente interno dos países.

A previsão do crescimento mundial para 2016, reflete uma atividade dos EUA mais fraca do que a esperada no primeiro semestre do ano, bem como a materialização de um importante risco de queda com o voto do Brexit.

Embora a reação dos mercados financeiros ao resultado do referendo britânico tenha sido contida, o aumento da incerteza económica, política e institucional e a provável redução dos fluxos comerciais e financeiros entre o Reino Unido e o resto da União Europeia a médio prazo faz esperar consequências macroeconómicas negativas, especialmente no Reino Unido. Como resultado, a previsão de crescimento de 2016 para as economias avançadas foi reduzida para 1,6%.

Espera-se que o crescimento em mercados emergentes e economias em desenvolvimento se fortaleça ligeiramente em 2016 para 4,2% depois de cinco anos consecutivos de declínio. No entanto, as perspectivas para estas economias são desiguais e geralmente mais fracas do que no passado.

Como já anteriormente referido, enquanto o crescimento das economias emergentes da Ásia e especialmente o da Índia continuam a ser resilientes, as maiores economias da África subsaariana (Nigéria, África do Sul e Angola) estão experimentando abruptas desacelerações ou recessões, uma vez que os preços mais baixos das matérias-primas interagem com difíceis condições políticas e económicas domésticas.

O Brasil e a Rússia continuam enfrentando condições macroeconómicas desafiadoras.

A recuperação deverá ser mais forte em 2017 à medida que a perspectivas melhorem para os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento e a economia dos EUA recupere algum dinamismo nomeadamente com a recuperação do investimento.



Embora as perspetivas a mais longo prazo das economias avançadas permaneçam moderadas, a previsão é de um reforço do crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento a médio prazo. Mas estas previsões dependem de um número importante de pressupostos, tais como:

- A normalização gradual das condições em economias atualmente sob stress, com um aumento geral no crescimento dos exportadores de matérias-primas, embora a níveis mais modestos do que no passado;
- Um abrandamento gradual e um reequilíbrio da economia chinesa com taxas de crescimento a médio prazo, perto de 6%;
- Crescimento resiliente em outras economias emergentes e em desenvolvimento.

Fatores económicos e não económicos ameaçam estes pressupostos de serem realizados e colocam em risco as perspetivas em geral.

A incerteza sobre a evolução pode levar as s a adiar o investimento e as decisões de contratação, retardando assim a atividade de curto prazo, enquanto uma mudança de política voltada para as questões internas também podem aumentar a discórdia sobre a política transfronteiriça.

Um segundo risco é a estagnação nas economias avançadas. À medida que o crescimento global permanece lento, a perspetiva de uma procura privada insuficiente, conduz a um crescimento permanentemente mais baixo e a uma inflação baixa.

Ao mesmo tempo, um período prolongado de inflação fraca nas economias avançadas arrisca-se a desenvolver expectativas de inflação, fazendo com que as taxas de juros reais esperadas aumentem e os gastos diminuam, voltando a um crescimento global ainda mais fraco e a inflação.

O risco é agravado pelas atuais medidas de promoção do crescimento a curto prazo, das quais a China está a depender.

Os desenvolvimentos mais positivos incluem o reajuste ordenado nos mercados financeiros após o choque inicial do voto de Brexit; Melhorias sustentadas no mercado de trabalho dos EUA; E uma recente subida moderada dos preços das matérias-primas, o que deverá aliviar parte da pressão sobre os exportadores de matérias-primas.

Estes desenvolvimentos apontam para a possibilidade de uma melhor recuperação do que a prevista, o que poderá ser ainda mais forte se os países adotarem estruturas abrangentes para aumentar a produção real e potencial.

Embora a previsão para a economia global aponte para um aumento do crescimento sobre o horizonte de previsão de curto e médio prazo, tendo em conta, ou como ponto de partida, o seu ritmo moderado este ano, o potencial de retrocesso para esta perspetiva é alto, como sublinhado por repetidas reduções das taxas de crescimento nos últimos anos.

De um modo mais geral, as políticas macroeconómicas acomodáticas devem ser acompanhadas por reformas estruturais que possam contrariar a diminuição do potencial de crescimento, incluindo os esforços para aumentar a participação da mão-de-obra, melhorar o processo de harmonização nos mercados de trabalho e promover o investimento em investigação e desenvolvimento e inovação.

Nos países emergentes e nas economias em desenvolvimento, os grandes objetivos políticos comuns são a convergência contínua para rendimentos mais elevados, reduzindo distorções nos mercados de produtos, mão-de-obra e de capitais e proporcionando às pessoas uma melhor oportunidade de vida investindo sabiamente na educação e nos cuidados de saúde.

Com um crescimento fraco e um espaço de políticas limitado em muitos países, é necessário um esforço multilateral contínuo em várias áreas para minimizar os riscos tendo em vista a estabilidade financeira e a sustentabilidade de melhorias globais nos padrões de vida. Este esforço deve prosseguir simultaneamente em várias frentes.

Os formuladores de políticas devem enfrentar a reação contra o comércio global, reorientando a discussão sobre os benefícios a longo prazo da integração económica e garantindo que iniciativas sociais bem direcionadas irão ajudar os afetados e facilitar, através da sua reciclagem com novas formações, a sua absorção em setores em expansão. Uma rede de segurança global mais forte é mais importante do que nunca para proteger as economias mais sólidas que podem, no entanto, ser vulneráveis ao contágio transfronteiriço e às suas respetivas repercussões, incluindo tensões que não são económicas.

Taxa de Crescimento Anual (%)	(Projeções)		
	2015	2016	2017
World Output / Produção Mundial	3.2	3.1	3.4
Economias Avançadas	2.1	1.6	1.8
EUA	2.6	1.6	2.2
Japão	0.5	0.5	0.6
Área do Euro	2.0	1.7	1.5
Alemanha	1.5	1.7	1.4
França	1.3	1.3	1.3
Itália	0.8	0.8	0.9
Espanha	3.2	3.1	2.2
Reino Unido	2.2	1.8	1.1
Economias de Mecados Emergentes e em Desenvolvimento	4.0	4.2	4.6
Rússia	-3.7	-0.8	1.1
China	6.9	6.6	6.2
Brasil	-3.8	-3.3	0.5
México	2.5	2.1	2.3

Fonte: FMI: World Economic Outlook 2016

1.3 A Nível do Setor

O Ensino Profissional continuou a coexistir com a incerteza relacionada com a implementação do novo Quadro Comunitário, Portugal 2020, que efectivamente só entrou em vigor a partir de 1 de Setembro de 2016.

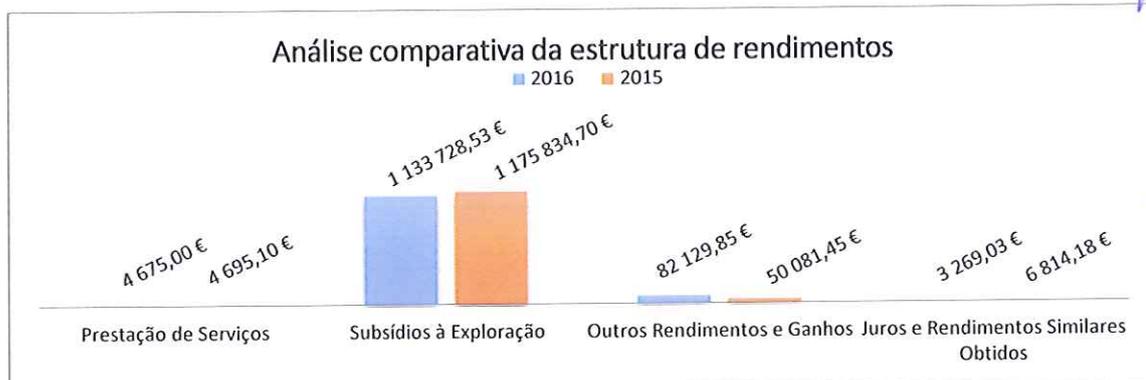
Em consequência aos atrasos de entrada em funcionamento do novo Quadro Comunitário, verificaram atrasos nos reembolsos ainda mais significativos do que até então a empresa tinha constatado. Com efeito, a estrutura de apoio POCH cativou cerca de 122.000€ do período de setembro a dezembro de 2015 e que apenas serão libertados a quando da análise do Pedido de Pagamento de Saldo Final do ano lectivo 2015/2016 e que apenas está a ser analisado durante o 1º semestre de 2017. As Escolas Profissionais que recorrem ao POCH como única entidade de financiamento (85% fundos comunitários e 15% fundos nacionais do Orçamento de Estado), apenas em março/abril de 2017 podem submeter os reembolsos do período compreendido entre setembro a dezembro de 2016.

Os atrasos verificados, só foram levemente atenuados com um aumento do adiantamento do actual ano lectivo (2016/17), que passou de 15 para 45%, recebidos apenas no final do ano de 2016, contudo crescem uma dificuldade futura acrescida, na medida em que a estrutura POCH apenas vai efectuar reembolsos até perfazer 55% do financiamento aprovado, sendo o restante libertado, se a tal as Escolas tiverem direito, com a análise do Saldo Final a ocorrer entre finais de 2017 e início de 2018.

2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

2.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2016 e 2015, a sua variação absoluta e relativa (%):



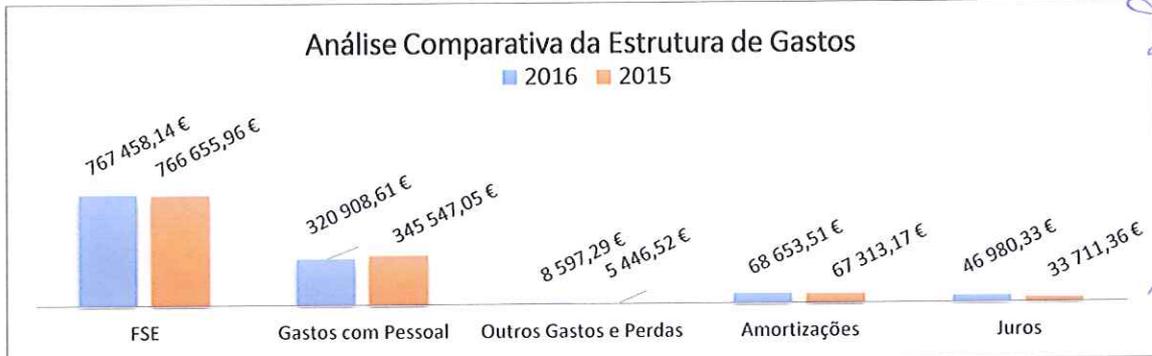
Analisando a estrutura de rendimentos, verificamos que não existe uma variação significativa de 2015 para 2016, apenas existindo 2 excepções:

- A Escola recebeu um subsídio extraordinário em 2016 (Outros Rendimentos e Ganhos), do Município de Sernancelhe, no montante de 30.000€ a título de compensação de todas as actividades realizadas pelo Município e onde a Escola esteve presente e inclusive participou;
- Verifica-se ainda uma baixa do financiamento do POCH (FSE), devido ao novo Quadro Comunitário, que reduz o montante global de financiamento e apenas permite um reforço em situações excepcionais e se a Escola comprovadamente ultrapassar o financiamento aprovado. Sendo esta aprovação apenas possível de verificar a quando da submissão de cada Saldo Final (neste caso, outubro de 2016). No ano lectivo 2015/16 a Escola solicitou um reforço de 43.240,33€, o qual foi aceite integralmente pelo POCH.

Do montante total reconhecido na rubrica "Subsídios à exploração", foram já submetidos e aprovados em novembro de 2016 o montante de 760.139,60 Euros. O valor remanescente de 373.588,93 foi submetido em 12 de abril de 2017, aguardando aprovação. No entanto, dado o histórico positivo de operações realizadas com o POCH, a Empresa está convicta do seu integral recebimento.

2.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2016 e 2015, a sua variação absoluta e relativa (%):



Analisando a variação da estrutura de gastos, constatamos apenas 2 alterações com significado, que passamos a descrever:

-Verifica-se um aumento significativo dos custos com juros suportados, principalmente devido ao aumento significativo dos atrasos nos reembolsos do POCH, o que obrigou a Escola a recorrer a um maior endividamento de curto prazo e ao conseqüente aumento de custos por via dos juros suportados, verificando um aumento de cerca de 13.000€ comparativamente ao ano transacto;

- Outra alteração mais significativa, prende-se com uma redução nos gastos com o pessoal, mantendo o mesmo número. Esta redução de 25.000€ devem-se principalmente por uma redução do custo de funcionamento do Conselho Geral de Supervisão, que permitiu uma redução de custos de cerca de 9.000€ em 2016 e cerca de 9.500€ anuais permanentes a partir de 2017. Também se verificou uma redução acordada entre os accionistas e o Conselho de Administração Executivo (CAE), na remuneração deste último órgão, que ascendeu a cerca de 2.000€ em 2016 e traduz-se numa redução permanente de mais de 9.000€ por ano. Verificou-se ainda uma licença de maternidade de 1 elemento do CAE, no início de 2016, que corresponde a uma diminuição de custos para a Escola de mais de 13.000€ em 2016.

2.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Rubricas	Períodos	
	2016	2015
Gastos com pessoal	320.908,61	345.547,05
N.º Médio de funcionários	14	14
Gasto médio por funcionário	22.922,04	24.681,93

Em relação ao pessoal, verifica-se a manutenção do mesmo número de colaboradores e a redução de cerca de 25.000€ já referida anteriormente (ver nota 2.2).

2.4 EBITDA e Resultado líquido do período

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2016 e 2015, foi o seguinte:

	2016	2015
Resultado Líquido do Período	8 516,19 €	17 071,93 €
EBITDA	123 569,34 €	112 961,72 €

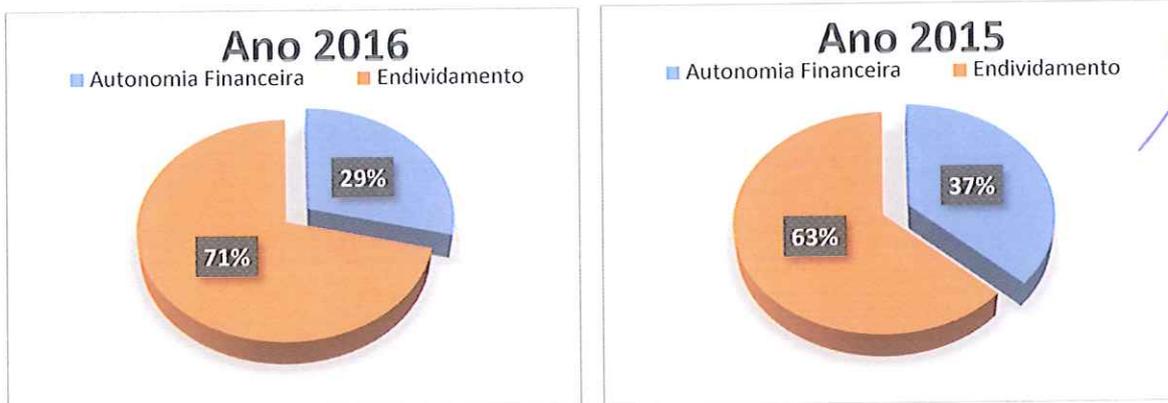
O Resultado Líquido do Período, foi afectado fundamentalmente e como já frisado, pelo aumento dos juros suportados pelos diversos financiamentos de tesouraria para fazer face ao maior atraso verificado nos reembolsos do POCH que por sua vez implicaram um maior esforço de financiamento e consequentes custos para fazer face ao normal funcionamento da Escola.

Em sentido contrário, verificou-se um aumento do EBITDA, relacionado extraordinariamente com a atribuição de um subsídio de 30.000€ atribuído pelo Município de Sernancelhe.



2.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



A principal alteração ocorrida e que justifica uma diminuição da Autonomia Financeira em 8% e o aumento do endividamento na mesma proporção, prende-se com um novo financiamento de médio/longo prazo contraído junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e aprovado em reunião da Assembleia-Geral da Escola de 21 de dezembro de 2016, para um montante de 500.000€ a 7 anos, à taxa EURIBOS (6M) e um spread de 2,95%, tendo como garantia um depósito a prazo e realizado em simultâneo, no montante de 200.000€ com uma taxa de juro anual de 0,4%.

Foi este financiamento efectuado já no final do exercício que afectou a evolução da autonomia financeiro e consequentemente o endividamento e que serviu para aliviar a tesouraria e em simultâneo substituir endividamento mais caro e de curto prazo (contas caucionadas), por endividamento de médio e longo prazo, com taxa mais baixa.



3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	329.068,80	17,05%	373.704,31	24,77%
Ativo corrente	1.600.654,08	82,95%	1.134.705,07	75,23%
Total ativo	1.929.722,88		1.508.409,38	

RUBRICAS	2016		2015	
Capital Próprio	560.403,94	29,04%	562.735,28	37,31%
Passivo não corrente	542.814,64	28,13%	87.307,86	5,78%
Passivo corrente	826.504,30	42,83%	858.366,24	56,90%
Total Capital Próprio e Passivo	1.929.722,88		1.508.409,38	

A principal alteração na estrutura do Balanço, deu-se com o financiamento substancial obtido no final do exercício, com as consequentes alterações quer no passivo não corrente, quer com o aumento do activo corrente.

3.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2016 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2016	2015	Δ
Volume de Negócios	4.675,00	4.695,10	-0,4%
Subsídios à exploração	1.133.728,53	1.175.834,70	-3,58%
Resultados Líquidos	8.516,19	17.071,93	-50,12%
Cash-Flow	77.169,70	84.385,10	-8,55%
Capital Próprio	560.403,94	562.735,28	-0,41%
Ativo Total Líquido	1.929.722,88	1.508.409,38	27,93%
Ativo Fixo Tangível	325.890,35	370.039,06	-11,93%
Capitais Permanentes	1.103.218,58	1.595.717,24	-30,86%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no “Ativo Fixo Tangível” é motivada pelo investimento nas seguintes classes de ativos (valores mais significativos):
 - a) Equipamento Básico, no montante de 2.460€ ;
 - b) Equipamento de Transporte, no montante de 20.858€ ;
- A variação ocorrida no “Capital próprio” não foi significativa em comparação com o ano transacto.
- A variação ocorrida nos “Capitais permanentes” é o resultado do financiamento de MLP contraído junto da CCAM no montante de 500.000€ e também da linha de crédito PME Crescimento contraído junto da CGD e no montante de 50.000€.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

3.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2016 e 2015:

Análise Financeira	2016	2015	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	29,04%	37,31%	-8,27 p.p.
Solvabilidade	40,93%	59,51%	-18,58 p.p
Liquidez Imediata	0,07	0,02	0,05
Liquidez reduzida	1,94	1,32	0,62
Liquidez Geral	1,94	1,32	0,62
Endividamento	0,71	0,63	0,18

- A Autonomia Financeira e solvabilidade baixaram devido ao empréstimo de médio e longo prazo contraído no final do exercício. O aumento do endividamento explica-se por igual razão;
- A liquidez imediata, reduzida e geral, por sua vez, subiram bastante devido ao financiamento de MLP, no montante de 500.000€, para reforço da tesouraria da Escola.

3.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2016, comparativamente com o período de 2015:

Análise Económica	2016	2015	Δ Absoluta
Rendibilidade do Ativo (Resultado Operacional/Ativo Total)	2,85%	3,03%	-0,18 p.p.
Rentabilidade do Capital Próprio	1,52%	3,03%	-1.51 p.p.

A rendibilidade do activo, foi afectada pelo empréstimo de MLP, fazendo baixar cerca de 1% este indicador, caso contrário a evolução teria sido positiva.

A diminuição da rentabilidade do Capital Próprio, sendo ligada à evolução do resultado líquido, teve uma diminuição devido ao facto das transferências do POCH terem diminuído em 2016, bem como ao aumento do período de pagamento que por sua vez provocou um aumento de custos de financiamento. Mesmo assim, os cortes nas despesas com pessoal e o subsídio atribuído pelo Município de Sernancelhe, não conseguiram colmatar, integralmente, esses eventos negativos.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2016, alcançou o resultado líquido de 8.516,19 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- Resultados Transitados 8.516,19 Euros.

5 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da Empresa passe:

- Continuação da redução de custos fixos, melhorando os resultados da Escola em 2017/18;
- Reforço da tesouraria da Escola, que permita o normal funcionamento com até 1 ano de atraso nos reembolsos do POCH. O empréstimo de MLP contraído junto da CCAM, permitiu reforçar a tesouraria da Escola e em simultâneo diminuir os encargos financeiros suportados;

- A renegociação das contas correntes, permitiu a Escola baixar o Spread junto da CGD para 3,5%, ainda em 2016 e baixar o spread junto do Millennium BCP também para 3,5% já em 2017. Estas alterações vão repercutir-se nos próximos exercícios;
- Continuamos a aguardar a abertura de candidaturas do Portugal2020, que permitam continuar a melhorar as instalações e equipamentos da Escola.

6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

6.1 RISCO DE CRÉDITO

6.1.1 Outros ativos financeiros

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a Empresa detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários e investimentos financeiros. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

6.2 RISCOS DE MERCADO

6.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

6.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

7 COMPROMISSOS FINANCEIROS

Os principais compromissos financeiros prendem-se com as conta-correntes subscritas junto da CGD e BCP e que podem atingir um máximo de 300.000 Euros cada uma e que têm por finalidade suprir os atrasos nos reembolsos do POCH, mantendo sempre uma execução financeira elevada.

Temos ainda responsabilidade relativas a um financiamento de médio prazo, junto do BPI, no montante de inicial de 150.000 Euros, que ficará liquidado em abril de 2017.

A Escola possui duas locações financeiras ativas, uma no Montepio Geral, relativo à aquisição de um miniautocarro de 20 lugares e que ascendeu a sua aquisição a 69.500 Euros. A locação teve início em janeiro de 2014 e termina em janeiro de 2022. A outra locação financeira foi contraída junto da CCAM em 2016, para a aquisição de uma viatura usada de 9 lugares. O valor contratado ascendia a 16.957,72€, com início em junho de 2016 e término em maio de 2020.

Em agosto de 2016, foi contratualizado junto da CGD, uma linha PME Crescimento 2015, no montante de 50.000€ e pelo prazo de 5 anos, a terminar em julho de 2021.

No final de 2016, a Escola contraiu um empréstimo a 7 anos, no montante de 500.000€, com início em dezembro de 2016 e término em Dezembro de 2023, para financiamento de tesouraria da Empresa.

8 QUESTÕES AMBIENTAIS

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A. cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos e líquidos produzidos na Empresa.

Tem havido uma preocupação acrescida na separação de lixo e resíduos, possuindo para o efeito contentores específicos para a separação do lixo e resíduos.

9 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

9.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral, não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

9.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A administração propõe que o resultado líquido positivo, no montante de 8.516,19€, seja integralmente aplicado em resultados transitados.

11 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa em 01 de janeiro de 2016 optou por aplicar o referencial contabilístico das pequenas entidades, em detrimento das NCRF completas.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.



A Empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2016, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos do art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Alunos e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Empresa.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, que compreendem o Balanço individual e a Demonstração individual dos resultados por naturezas e o Anexo.



Sernancelhe, 01 de julho de 2017

O Conselho de Administração;

Ana Isabel Brás Chaves - Presidente do Conselho de Administração

Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal

António Jorge Ribeiro de Figueiredo - Vogal

13 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC):

Relação dos acionistas com mais de um décimo / um terço ou metade do capital social:

Com um décimo:

Associação Âmbula Instituição Particular de Solidariedade Social - 1.000 ações;

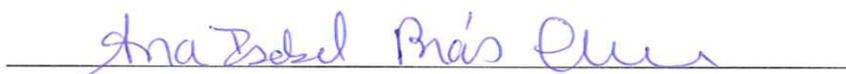
Com mais de um terço:

Liga de Amigos da ESPROSER - 4.000 ações; e,
Município de Sernancelhe - 4.950 ações.

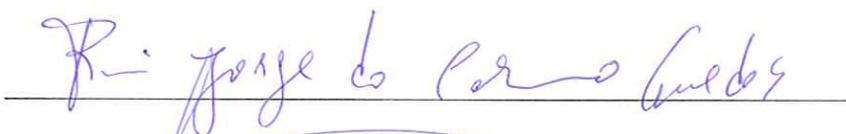
Durante o período de relato não ocorreram variações ao nível dos acionistas bem como das respetivas participações financeiras.

Sernancelhe, 01 de julho de 2017

O Conselho de Administração;



Ana Isabel Brás Chaves (Presidente do Conselho de Administração)



Rui Jorge do Carmo Guedes (Vogal)



António Jorge Ribeiro de Figueiredo (Vogal)



ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

Período findo em 31 de dezembro de 2016

Co-financiamento





Índice

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ANEXO

1	Identificação da entidade e período de relato	5
1.1	Designação da entidade	5
1.2	Sede	5
1.3	Natureza da atividade	7
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
2.1	Indicação do referencial contabilístico	7
2.2	Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido interrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	9
2.3	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	9
3	Principais políticas contabilísticas	9
3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.	9
3.1.1	Ativos fixos tangíveis	9
3.1.2	Loações	10
3.1.3	Ativos intangíveis	10
3.1.4	Outros investimentos financeiros	11
3.1.5	Clientes e outros créditos a receber	11
3.1.6	Estado e outros entes públicos	12
3.1.7	Acréscimos e diferimentos	12
3.1.8	Caixa e depósitos bancários	12
3.1.9	Imparidade de ativos	13
3.1.10	Capital subscrito	14
3.1.11	Reserva legal	14
3.1.12	Outras reservas	14
3.1.13	Resultados transitados	14
3.1.14	Outras variações no capital próprio	14
3.1.15	Passivos correntes	15
3.1.16	Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	15
3.1.17	Fornecedores	16
3.1.18	Rédito	16
3.1.19	Subsídios atribuídos	17
3.1.20	Benefícios dos empregados	17
3.1.21	Imposto sobre o rendimento do período	18
3.1.22	Acontecimentos após a data do balanço	19
3.1.23	Outras políticas contabilísticas revelantes	19
3.1.24	Principais pressupostos relativos ao futuro	19

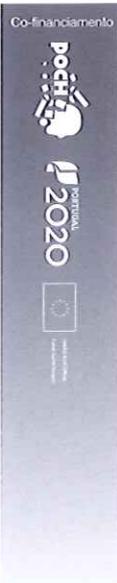
[Handwritten signatures and initials in blue ink]





3.1.25	<i>Principais fontes de incerteza das estimativas</i>	20
4	Partes relacionadas	20
4.1	Relacionamentos com empresas-mãe	20
4.2	Remunerações do pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)	20
4.3	Transações entre partes relacionadas	20
5	Ativos fixos tangíveis	22
5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	22
5.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	23
6	Loações	24
6.1	Loações financeiras	24
7	Ativos intangíveis	25
7.1	Divulgações para cada classe de ativos intangíveis:	25
7.2	Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras	26
8	Investimentos financeiros	26
9	Clientes	26
10	Estado e outros entes públicos	27
11	Outros créditos a receber	27
12	Diferimentos	27
13	Caixa e depósitos bancários / Outros ativos correntes	28
14	Capital próprio	28
14.1	Capital subscrito	28
14.2	Reservas Legais	29
14.3	Outras reservas	29
14.4	Resultados transitados	29
14.5	Outras variações nos capitais próprios	30
15	Financiamentos obtidos	30
15.1	Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos	31
16	Fornecedores	31
17	Outros passivos	31
18	Prestação de serviços , juros e réditos	32
19	Subsídios à exploração	32

(Handwritten signatures and initials in blue ink)





20	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	33
21	Gastos com pessoal	33
22	Outros rendimentos	34
23	Outros gastos	34
24	Juros e rendimentos similares obtidos	34
25	Juros e gastos similares suportados	34
26	Impostos sobre o rendimento	35
26.1	Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico	35
27	Acontecimentos após a data do balanço	35
27.1	Autorização para emissão	35
27.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:	36
28	Divulgações exigidas por diplomas legais	36
29	Outras informações	36
29.1	Garantias prestadas	36
30	Termos de responsabilidade	36

(Handwritten signatures in blue ink)

Co-financiamento





BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Período	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	325 890,35	370 039,06
Ativos intangíveis	7	1 978,45	3 165,25
Investimentos Financeiros	8	1 200,00	500,00
		329 068,80	373 704,31
Ativo corrente			
Clientes	9	-	392,23
Estado e outros entes públicos	10	3 867,22	-
Outros créditos a receber	11	730 494,56	692 197,04
Diferimentos	12	8 558,80	5 550,75
Outros ativos correntes	13	803 978,09	421 698,54
Caixa e depósitos bancários	13	53 755,41	14 866,51
		1 600 654,08	1 134 705,07
Total do ativo		1 929 722,88	1 508 409,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14.1	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	14.2	10 000,00	10 000,00
Outras reservas	14.3	73 122,09	73 122,09
Resultados transitados	14.4	342 832,89	325 760,96
Ajustamento/outras variações no capital próprio	14.5	75 932,77	86 780,30
Resultado líquido do período	DR	8 516,19	17 071,93
Total do capital próprio		560 403,94	562 735,28
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6/15	522 629,98	64 239,68
Outras dívidas a pagar	17	20 184,66	23 068,18
		542 814,64	87 307,86
Passivo corrente			
Fornecedores	16	20 554,62	49 910,76
Estado e outros entes públicos	10	15 339,82	16 722,09
Financiamentos obtidos	6/15	305 977,39	575 944,58
Diferimentos	12	348 443,20	80 064,19
Outros passivos correntes	17	136 189,27	135 724,62
		826 504,30	858 366,24
Total do passivo		1 369 318,94	945 674,10
Total do capital próprio e do passivo		1 929 722,88	1 508 409,38

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Conselho de Administração
[Signature]
ESPROSER-Escola Profissional, S.A.
 Demonstrações Financeiras Individuais - SNC-PE
 31 de dezembro de 2016

Contabilista Certificado
[Signature]
 Página 5 de 37

ES

PRO

SER



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Período	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	18	4 675,00	4 695,10
Subsídios à exploração	19	1 133 728,53	1 175 834,70
Fornecimentos e serviços externos	20	-767 458,14	-766 655,96
Gastos com pessoal	21	-320 908,61	-345 547,05
Outros rendimentos	22	82 129,85	50 081,45
Outros gastos	23	-8 597,29	-5 446,52
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123 569,34	112 961,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.2/7.1	-68 653,51	-67 313,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		54 915,83	45 648,55
Juros e rendimentos similares obtidos	13/24	3 269,03	6 814,18
Juros e gastos similares suportados	15/25	-46 980,33	-33 711,36
Resultado antes de impostos		11 204,53	18 751,37
Imposto sobre o rendimento do período	26	-2 688,34	-1 679,44
Resultado Líquido do período		8 516,19	17 071,93

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Co-financiamento



PORTUGAL
2020





ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.

1.2 Sede

Av. das Tílias, 3640-211 - Sernancelhe.

1.3 Natureza da atividade

Tem como atividade principal o ensino profissional.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A/2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF – PE) (Aviso n.º 8257/2015, e 29 de julho).

Assim, segundo o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, através da nova redação dada Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, consideram-se pequenas entidades aquelas que à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes¹:

¹ Excluem-se deste limite as entidades consideradas como microentidades



- a) Total do balanço: 4 000 000 Euros;
- b) Volume de negócios líquido: 8 000 000 Euros;
- c) Número médio de empregados durante o período: 50.

[Handwritten signatures in blue ink]

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - PE), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 3º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente:

- Balanço, modelo reduzido;
- Demonstração dos resultados por naturezas, modelo reduzido;
- Anexo, modelo reduzido.





2.2

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A Empresa em 1 de janeiro de 2016 optou por aplicar o referencial contabilístico das pequenas entidades, em detrimento das NCRF completas.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por



duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 5 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Não é permitido neste referencial contabilístico a revalorização dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.4 *Outros investimentos financeiros*

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao seu justo valor com variações nos resultados. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir.

3.1.5 *Clientes e outros créditos a receber*

Estes instrumentos financeiros, são mensurados inicialmente ao custo menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em



que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

3.1.6 Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é expetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.1.7 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Outras dividas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.1.8 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo; e,
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.



3.1.9 Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros.

Assim neste âmbito, a empresa avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido

inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.1.10 Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no artº 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo "Capital subscrito e não realizado".

3.1.11 Reserva legal

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC)

3.1.12 Outras reservas

O valor inscrito nesta rubrica diz respeito a resultados líquidos de períodos anteriores cuja aplicação foi decidida em Assembleia-Geral.

3.1.13 Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.1.14 Outras variações no capital próprio

Esta rubrica regista, nomeadamente:

os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial,

o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 5932 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outros Dividas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 5932 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dívidas a pagar – não corrente.

3.1.15 Passivos correntes

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Co-financiamento



Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.



Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis.

Os ativos financeiros que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

Co-financiamento

3.1.1

2020

3.1.18

Fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao custo.

Rédito



O rédito relativo prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Os juros são reconhecidos pelo seu valor nominal.

3.1.19 Subsídios atribuídos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Co-financiamento



3.1.20



Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além



disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.21 *Imposto sobre o rendimento do período*

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 17%, além das tributações autónomas em vigor.



Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

3.1.22 *Acontecimentos após a data do balanço*

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os acontecimentos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.23 *Outras políticas contabilísticas revelantes*

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



[Handwritten signatures in blue ink]

3.1.25 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4 Partes relacionadas

4.1 Relacionamentos com empresas-mãe

A estrutura acionista da Empresa é constituída por pessoas coletivas.

Nome das empresas mãe:

- Câmara Municipal de Sernancelhe (49,50%);
- Liga de Amigos da ESPROSER (40,00%);
- Associação Âmbula IPSS (10,00%);
- Família Flora – Restaurante, Lda. (0,25%);
- Electro Pisca, Lda. (0,25%).

4.2 Remunerações do pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)

Descrição	Períodos	
	2016	2015
Benefícios de curto prazo	139 941,94	158 628,96

4.3 Transações entre partes relacionadas

- a) Identificação e relacionamento com as partes relacionadas

Co-financiamento



Identificação das partes relacionadas

Empresa-mãe:

Câmara Municipal de Sernancelhe
 Liga de Amigos da ESPROSER

Outras entidades:

Associação Âmbula IPSS
 Família Flora - Restaurante, Lda
 Electro Pisca, Lda

Descrição sumária da natureza do relacionamento

Empresa - mãe
 Empresa - mãe

Outras partes relacionadas
 Outras partes relacionadas
 Outras partes relacionadas

b) Transações e saldos pendentes:

i. Quantia das transações

	2016
Transações com "Partes relacionadas"	FSE
Empresa-mãe :	
Câmara Municipal de Sernancelhe	244 099,31
	<u>244 099,31</u>
Outras entidades:	
Família Flora - Restaurante, Lda	98 071,52
Electro Pisca, Lda	1 558,67
	<u>99 630,19</u>
Total	<u>343 729,50</u>

ii. Quantia dos saldos pendentes, incluindo perdas por imparidade e compromissos





NIPC 504 676 326 | Capital Social 50.000€

Saldos
31.12.2016

Operacionais

Saldo passivos

Saldos com "Partes relacionadas"

Empresa-mãe:

Município de Sernancelhe - <i>Credores Acrésc. Gastos (*)</i>	71 269,56
Município de Sernancelhe - <i>Fornecedor</i>	724,74
Liga de Amigos da Esproser - <i>Fornecedor</i>	1 155,00
	73 149,30

Outras entidades:

Família Flora - Restaurante, Lda	5 207,98
----------------------------------	----------

Total	78 357,28
--------------	------------------

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

(*) Gastos de transporte dos alunos.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo ou modelo de revalorização)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de depreciação utilizadas (Intervalo %)
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	1 - 4	25% - 100%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas) e outras alterações e quantia escriturada



bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

2015						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2015	575 042,97	434 072,32	94 472,54	181 326,97	74 003,10	1 358 917,90
Adições	5 578,05	19 076,50	-	5 043,25	-	29 697,80
Alienações	-	-	(25 152,82)	-	-	(25 152,82)
Saldo em 31.12.2015	580 621,02	453 148,82	69 319,72	186 370,22	74 003,10	1 363 462,88
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2015	277 434,39	417 127,63	36 670,74	156 228,27	64 198,04	951 659,07
Adições	35 291,02	15 281,29	9 872,52	5 854,19	618,55	66 917,57
Alienações	-	-	(25 152,82)	-	-	(25 152,82)
Saldo em 31.12.2015	312 725,41	432 408,92	21 390,44	162 082,46	64 816,59	993 423,82
Quantia escriturada	267 895,61	20 739,90	47 929,28	24 287,76	9 186,51	370 039,06

2016						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2016	580 621,02	453 148,82	69 319,72	186 370,22	74 003,10	1 363 462,88
Adições	-	2 460,00	20 858,00	-	-	23 318,00
Saldo em 31.12.2016	580 621,02	455 608,82	90 177,72	186 370,22	74 003,10	1 386 780,88
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2016	312 725,41	432 408,92	21 390,44	162 082,46	64 816,59	993 423,82
Adições	36 039,12	14 045,00	11 610,68	5 279,25	492,66	67 466,71
Saldo em 31.12.2016	348 764,53	446 453,92	33 001,12	167 361,71	65 309,25	1 060 890,53
Quantia escriturada	231 856,49	9 154,90	57 176,60	19 008,51	8 693,85	325 890,35

No período findo em 31 de dezembro de 2016, os principais movimentos ocorridos dizem respeito à aquisição, com recurso a locação financeira (ver nota 6), de uma Mercedes-Benz Vito, matrícula 24-LV-30, destinada ao transporte de alunos.

5.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do período		Depreciações acumuladas	
	2016	2015	2016	2015
Edifícios e outras construções	36 039,12	35 291,02	348 764,53	312 725,41
Equipamento básico	14 045,00	15 281,29	446 453,92	432 408,92
Equipamento de transporte	11 610,68	9 872,52	33 001,12	21 390,44
Equipamento administrativo	5 279,25	5 854,19	167 361,71	162 082,46
Outros activos fixos tangíveis	492,66	618,55	65 309,25	64 816,59
Total	67 466,71	66 917,57	1 060 890,53	993 423,82



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

6 Locações

6.1 Locações financeiras

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Locações financeiras	
	Quantia escriturada líquida	
	31.12.2016	31.12.2015
Equipamento de transporte	62 295,51	54 507,15

Descrição geral dos acordos de locação financeira significativos:

Nº contrato	Bem locado	Locadora	Data de início	Data do fim	Valor do contrato	Pagamentos mínimos até 31.12.2016	Valor em dívida em 31.12.2016	Valor em dívida em 31.12.2015
541.44.000010-0	Viatura 34-OF-46	Montepio	05-01-2014	05-01-2022	69 135,00	7 810,77	46 696,38	54 507,15
22393	Viatura 24-LV-30	Crédito Agrícola	05-06-2016	05-06-2020	20 858,00	5 257,87	15 599,13	0,00
Total					89 993,00	13 068,64	62 295,51	54 507,15

Exigibilidade corrente e não corrente dos valores em dívida (dos pagamentos mínimos futuros):

Locações financeiras	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos mínimos até 1 ano	12 570,89	7 721,35
Passivo corrente	12 570,89	7 721,35
Pagamentos mínimos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	49 724,62	35 379,44
Pagamentos mínimos mais de 5 anos		11 406,36
Passivo não corrente	49 724,62	46 785,80
Valores em dívida (Pagamentos mínimos futuros)	62 295,51	54 507,15





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7 Ativos intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis:

Categoria do ativo fixo intangível	Vida útil definida ou indefinida	Métodos de amortização usados (Método de linha reta ou método das unidades de produção)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de amortização utilizadas (Intervalo %)
Programas de computador	definida	método de linha reta	duodecimal	3 - 5	33,33%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as amortizações e outras alterações:

2015	
Descrição	Programas de computador
Quantia escriturada bruta	
Saldo em 01.01.2015	-
Adições	3 560,85
Saldo em 31.12.2015	3 560,85
Amortizações acumuladas	
Saldo em 01.01.2015	-
Adições	395,60
Saldo em 31.12.2015	395,60
Quantia escriturada	3 165,25

2016	
Descrição	Programas de computador
Quantia escriturada bruta	
Saldo em 01.01.2016	3 560,85
Saldo em 31.12.2016	3 560,85
Amortizações acumuladas	
Saldo em 01.01.2016	395,60
Adições	1 186,80
Saldo em 31.12.2016	1 582,40
Quantia escriturada	1 978,45





7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Programas de computador	1 978,45	3 165,25

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8 Investimentos financeiros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo inicial em 01.01.2016	Aquisições	Saldo final em 31.12.2016
Valorização pelo modelo do custo:			
C.C.A.M	500,00		500,00
Norgarante		700,00	700,00
Total ao modelo do custo	500,00	700,00	1 200,00

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fíavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A participação financeira detida na sociedade de garantia mútua (*Norgarante*) resulta da obtenção e contração de empréstimos no âmbito programa “PME Investe”, a qual se encontra penhorada a seu favor até ao integral reembolso do empréstimo contratado. Efetuado o integral reembolso do empréstimo, a participação financeira será alienada pelo valor nominal de 700 Euros.

9 Clientes

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Clientes	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Clientes c/c	-	392,23





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2016	31-12-2015
Ativo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	3 867,22	
Total ativo	3 867,22	-
Passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		3 249,40
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5 514,76	6 955,76
Contribuições para a segurança social	9 825,06	6 516,93
Total do passivo	15 339,82	16 722,09

Os impostos foram pagos dentro dos prazos previstos legalmente.

11 Outros créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

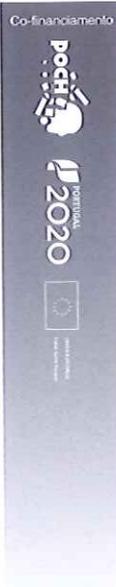
Outros créditos a receber	31-12-2016	31-12-2015
Subsídios	726 510,45	677 421,40
Juros a receber	213,43	11 721,42
Saldos devedores de fornecedores	2 560,57	2 556,78
Outros	1 210,11	497,44
Total	730 494,56	692 197,04

Esta rubrica é composta, essencialmente, por montantes especializados referentes a valores por receber do subsídio POCH (ver nota 19).

12 Diferimentos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31-12-2016	31-12-2015
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	5 155,61	5 230,86
Outros	3 403,19	319,89
Total	8 558,80	5 550,75
Passivos:		
Outros	348 443,20	80 064,19
Total	348 443,20	80 064,19



O aumento verificado na rubrica "Diferimentos – Passivo", diz respeito ao adiantamento efetuado pelo POCH referente à parcela de 2017 do ano letivo 2016/2017.

13 Caixa e depósitos bancários / Outros ativos correntes

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	306,19	3 281,41
Depósitos à ordem	53 449,22	11 585,10
Total	53 755,41	14 866,51

Os depósitos a prazo cujo vencimento é superior a 3 meses, no montante total de 789.946,66 Euros, encontram-se registados na rubrica "Outros ativos correntes". Estes depósitos servem de colateral financeiro para garantir os empréstimos bancários e contas correntes caucionadas (ver notas 15 e 29).

14 Capital próprio

14.1 Capital subscrito

A 31 de dezembro de 2016 a Empresa detinha um capital social subscrito de 50.000,00 Euros.

Acionistas	31.12.2015				
	Nº Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	5,00	24 750,00	24 750,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	5,00	20 000,00	20 000,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5,00	5 000,00	5 000,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	5,00	125,00	125,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	5,00	125,00	125,00
Totais	10 000	100%		50 000,00	50 000,00

Acionistas	31.12.2016				
	Nº Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	5,00	24 750,00	24 750,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	5,00	20 000,00	20 000,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5,00	5 000,00	5 000,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	5,00	125,00	125,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	5,00	125,00	125,00
Totais	10 000	100%		50 000,00	50 000,00

14.2 Reservas Legais

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

14.3 Outras reservas

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

14.4 Resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados transitados	2016	2015
Saldo em 01.01.	325 760,96	333 612,04
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	17 071,93	
Total dos aumentos do período	17 071,93	0,00
Diminuições do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior		4 967,56
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		2 883,52
Total das diminuições do período	0,00	7 851,08
Saldo em 31.12.	342 832,89	325 760,96



14.5 Outras variações nos capitais próprios

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outras variações nos capitais próprios	2016	2015
	Subsídios	Subsídios
Saldo em 01.01.	86 780,30	97 627,83
Aumentos do período		
Reversão imposto diferido subsídios ao investimento	2 883,52	2 883,52
Total dos aumentos do período	2 883,52	2 883,52
Diminuições do período		
Imputação subsídios ao investimento	13 731,05	13 731,05
Total das diminuições do período	13 731,05	13 731,05
Saldo em 31.12.	75 932,77	86 780,30

15 Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31-12-2016			31-12-2015		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	472 905,36	91 273,76	564 179,12	17 453,87	38 223,24	55 677,11
Contas caucionadas	-	200 000,00	200 000,00	-	530 000,00	530 000,00
Desoberto Bancário	-	2 132,74	2 132,74	-	-	-
Locações financeiras (*)	49 724,62	12 570,89	62 295,51	46 785,81	7 721,34	54 507,15
Totais	522 629,98	305 977,39	828 607,37	64 239,68	575 944,58	640 184,26

(*) (ver nota 6)

O aumento verificado nesta rubrica está relacionado com o aumento significativo dos atrasos nos reembolsos do POCH, o que obrigou a Escola a recorrer a um maior endividamento (ver nota 11).

No período corrente a Empresa procedeu à renegociação das contas correntes, o que permitiu à Escola baixar o spread junto da CGD para 3,5%, ainda em 2016, e baixar o spread junto do Millennium BCP, também para 3,5%, para o período 2017.

Os empréstimos bancários e as contas correntes caucionados estão garantidos por depósitos a prazo (ver notas 13 e 29).



15.1 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos

Financiamentos obtidos (não inclui locações financeiras - ver nota 6)	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos até 1 ano	293 406,50	568 223,24
Passivo corrente	293 406,50	568 223,24
Pagamentos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	319 378,27	17 453,87
Pagamentos mais de 5 anos	153 527,09	
Passivo não corrente	472 905,36	17 453,87
Totais	766 311,86	585 677,11

16 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	20 554,62	49 910,76

Esta rubrica inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 5.932,72 Euros.

17 Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos					
	31-12-2016		Total	31-12-2015		Total
Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente		
Impostos subsídios (*)	20 184,66	-	20 184,66	23 068,18	-	23 068,18
Remunerações a liquidar (previsões)	-	45 287,38	45 287,38	-	46 255,52	46 255,52
Juros a liquidar	-	-	-	-	518,90	518,90
Saldos credores de clientes	-	13 844,44	13 844,44	-	346,97	346,97
Outros	-	77 077,45	77 077,45	-	88 603,23	88 603,23
Totais	20 184,66	136 209,27	156 393,93	23 068,18	135 724,62	158 792,80

A rubrica "Outros" inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 72.424,56 Euros, relacionados, essencialmente, com transportes municipais a liquidar.

(*) ver nota 14.5

18 Prestação de serviços, juros e rédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	2016	2015
	Mercado interno	Mercado interno
Prestação de serviços	4 675,00	4 695,10
Volume de negócios	4 675,00	4 695,10
Juros	3 269,03	6 814,18
Rédito	7 944,03	11 509,28

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

Juros - são reconhecidas pelo seu valor nominal.

19 Subsídios à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Períodos	
	2016	2015
POCH	1 133 728,53	1 175 834,70

O subsídio à exploração, atribuído pelo Plano Operacional Capital Humano (POCH) está relacionado com a formação profissional ministrada pela Empresa.

Do montante total reconhecido nesta rubrica, foram já submetidos e aprovados em novembro de 2016 o montante de 760.139,60 Euros. O valor remanescente de 373.588,93 foi submetido em 12 de abril de 2017, aguardando aprovação. No entanto, dado o histórico positivo de operações realizadas com o POCH, a Empresa está convicta do seu integral recebimento (ver nota 11).

Co-financiamento



Portugal
2020





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

20 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2016	2015
Gastos com alunos	410 678,17	382 979,48
Honorários	220 094,42	223 213,87
Trabalhos especializados	24 779,18	24 763,84
Comunicação	22 337,46	21 865,79
Eletricidade	21 498,01	22 814,15
Material de escritório	16 203,85	13 718,53
Rendas e alugueres	14 918,75	20 215,23
Publicidade e propaganda	14 128,40	15 683,59
Outros	22 819,90	41 401,48
Total	767 458,14	766 655,96

Os "FSE" incluem transações com entidades relacionadas no montante de 343 729,50 Euros

21 Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	111 775,05	129 720,75
Remuneração do pessoal	141 197,41	141 827,09
Encargos sobre remunerações	61 709,06	66 985,66
Seguros	6 227,09	7 013,55
Total	320 908,61	345 547,05
Nº médio de colaboradores	14	14
Gasto médio funcionário	22 922,04	24 681,93

A variação ocorrida está relacionada com a redução de gastos com o Conselho Geral de Supervisão (cerca de 9.000 euros) e com o facto de um membro dos órgãos sociais ter tido licença de maternidade (redução de cerca de 13.000 euros).



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

22 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2016	2015
Rendimentos suplementares	6 300,00	3 000,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	5 000,00
Outros	75 829,85	42 081,45
Total	82 129,85	50 081,45

Esta rubrica inclui, essencialmente, montantes reconhecidos referentes a subsídios atribuídos pelo Município de Sernancelhe (30.000 Euros) a título de compensação de todas as atividades realizadas pelo Município e onde a Escola esteve presente e inclusive participou.

23 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2016	2015
Impostos	3 622,47	460,43
Outros	4 974,82	4 986,09
Total	8 597,29	5 446,52

24 Juros e rendimentos similares obtidos

Os valores registados nesta rubrica dizem respeito a juros obtidos referentes aos depósitos a prazo (ver nota 13).

Juros e gastos similares suportados

Os valores registados nesta rubrica estão relacionados com juros suros suportados com financiamentos obtidos. A variação registada resulta do aumento do capital em dívida (ver nota 15).



26 Impostos sobre o rendimento

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2016	2015
IRC corrente	2 688,34	4 562,96
Impostos diferidos	-	-2 883,52
Total	2 688,34	1 679,44

26.1 Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico

A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de imposto dividido pelo lucro contabilístico.

Descrição	2016	2015
Resultado contabilístico antes de impostos (1)	11 204,53	19 955,45
Resultado líquido do período (2)	8 516,19	17 071,93
Gastos não dedutíveis (3)	4 027,50	8 676,10
Rendimentos não tributáveis (4)	0,00	5 000,00
Dedução de prejuízos fiscais (5)	0,00	1 987,34
Resultado tributável (6=1+3-4-5)	15 232,03	21 644,21
Taxa de imposto (7)	17% - 21%	17% - 21%
Imposto corrente (8=6*7)	2 598,73	4 297,97
Imposto diferido (9)	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período (10=8+9)	2 598,73	4 297,97
Benefícios fiscais (11)	0,00	0,00
Tributações autónomas (12)	89,61	264,99
Derrama (13)	0,00	0,00
Total do imposto do período (14=10+11+12+13)	2 688,34	4 562,96
Taxa efetiva de imposto (15=14/1)	24,0%	22,9%

A variação registada na taxa efetiva de imposto resulta, essencialmente, da diminuição do resultado antes de impostos e da inexistência de rendimentos não tributáveis.

Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data 2017. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.



27.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

28 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Empresa em 1 de janeiro de 2016 optou por aplicar o referencial contabilístico das pequenas entidades, em detrimento das NCRF completas.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

A Empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2016, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos do art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

29 Outras informações

Garantias prestadas

Os depósitos a prazo constituídos (**ver nota 13**) servem de colateral financeiro para garantir os empréstimos bancários e contas correntes caucionadas (**ver nota 15**).

Termos de responsabilidade

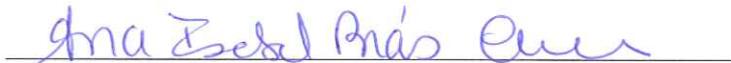
A Administração e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2016, para além dos factos mencionados em anteriores notas:



- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros (ver nota 6);
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF - PE, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Sernancelhe, 01 de julho 2017

A Administração:


Ana Isabel Brás Chaves – Presidente do Conselho de Administração


Rui Jorge do Carmo Guedes – Vogal


António Jorge Ribeiro de Figueiredo – Vogal

O Contabilista Certificado:


Carlos Manuel da Silva Pereira, C.C. n.º 55091

Co-financiamento



PORTUGAL
2020

